

A TRAGÉDIA INSENSATA

Com perdão pelo oximoro, o retrato sem retoques de um golpe inegavelmente brasileiro

por ANDRÉ BARROCAL

O ALVORECER DO 1.958º DIA DE DILMA Rousseff na Presidência foi crepuscular para ela. Às 6h35, o Senado aprovou a abertura do processo de *impeachment*, e quatro horas depois o tocantinense Vicentinho Alves, um investigado na Justiça por corrupção honrado com a Primeira Secretaria da Casa, entrava no gabinete presidencial para intimidar a petista. Ela olhou os papéis, perguntou qual assinar e calou-se. Guardou as palavras para um pronunciamento feito em seguida, entre auxiliares e simpatizantes, ali mesmo no Palácio do Planalto. Declarou-se “injustiçada” e vítima de um “golpe”, citou avanços sociais de 13 anos de petismo e retrocessos à vista em um “governo dos sem-voto”, como a repressão a protestos populares. Depois saiu do Palácio e discursou de novo, com Lula às costas e centenas de apoiadores à frente. “As forças da injustiça e da traição estão soltas por aí.” E o povo gritou: “Fora Temer”.

Pelos próximos 180 dias, tempo máximo do julgamento de Dilma pelo Senado, o “homenageado” pela militância petista, Michel Temer, será o chefe do governo provisório, encargo assumido ao assinar uma notificação também levada por Alves, um dos 55 senadores pró-*impeachment*, 14 além do necessário. Ao recebê-lo no Palácio do Jaburu, residência do vice-presidente, Temer cercava-se de sorridentes aliados, alguns nomeados ministros na

mesma quinta-feira 12. Casos de Eliseu Padilha, o “Eliseu Quadrilha” dos tempos de Fernando Henrique, agora na Casa Civil. De Geddel Vieira Lima, hoje no comando da Secretaria de Governo, há tempos na mira da Operação Lava Jato. E do titular da Justiça, Alexandre de Moraes, que há dois anos defendia, em uma ação penal, o notório Eduardo Cunha, parceiro de Temer recém-afastado do comando da Câmara.

O gabinete provisório conhecido naquela mesma tarde nasce com incertezas, e não só por causa da ilegitimidade de Temer, alçado a número 1 da República após uma atuação ostensiva na trama anti-Dilma. Com sua agenda neoliberal, ou melhor, neoliberalista, gestada nas sombras, Temer inspira certo ânimo no meio empresarial, mas arrepiava sindicatos e movimentos sociais. O presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, comentou esperar um “novo tempo de solidez” e que o escolhido para ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é o “nome certo”. Nas conversas prévias com Temer, Meirelles acertou o fim da pasta da Previdência, com suas atribuições transferidas à Fazenda. Vem aí uma Reforma da Previdência, com idade mínimas às aposentadorias. A trabalhista é outra nos planos.

As duas reformas foram citadas no primeiro pronunciamento oficial de Temer, entrecortado por rouquidão e sumiço de voz, no qual pregou um “governo de salvação nacional”. Ele apontou a necessidade

ROBERTO STUCKERT FILHO/PR, ED FERREIRA/BRAZIL PHOTO PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO E SÉRGIO AMARAL



A esperança do povo, embora incapaz de ir à forra, cerca Dilma na hora do afastamento. E as lágrimas da velha senhora e do ex-presidente



de recuperar a economia e a geração de empregos, de seguir com a Operação Lava Jato, de manter os programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, ProUni, Fies. E deu dois recados. Um, ao deus mercado: nada muda no trabalho do Banco Central. Outro, à companheira traída: não fomenta “o mal-estar” pelo País, algo provável de ocorrer, caso Dilma siga certos conselhos e percorra o Brasil a se defender.

A provar as impopulares reformas será um desafio e tanto, como o próprio Temer reconheceu, ao chamar sua agenda de “difícil, complicada”. Ainda mais em um ano eleitoral e para alguém com a popularidade no rodapé. Segundo pesquisa de abril do Datafolha, 58% acham que Temer deveria sofrer *impeachment* também. Seu formalismo excessivo e ar um tanto vampiresco não ajudam a cativar os semelhantes. Temer, aliás, nunca foi um rei das urnas. Ao disputar eleição sozinho pela última vez, vaga de deputado por São Paulo em 2006, ficou na rabeira dos eleitos pelo PMDB. Se depender do Ministério Público, não voltará às urnas, por ser “ficha-suja”. Há alguns dias, foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral paulista por doar dinheiro na campanha de 2014 acima do permitido em lei. Deu 50 mil reais a Darcísio Perondi e outro tanto a Alceu Moreira, ambos eleitos deputados pelo PMDB gaúcho. Com base na sua renda declarada, só poderia ter doado 83 mil reais no total.

Temer não aceita o rótulo de “ficha-suja”, acredita que só a Justiça pode carimbar políticos, mas, de qualquer modo, não pretende disputar a reeleição, caso o Senado casse Dilma em definitivo. Disse-o publicamente após a aprovação do *impeachment* pelos deputados, com a esperança de atrair o PSDB



para seu governo. As digitais tucanas estão por todos os lados na deposição de Dilma, o partido decidiu oficialmente apoiar o presidente interino, embora de forma algo envergonhada. Seus três representantes no ministério foram escolhidos por Temer, sem indicações. Além de Moraes na Justiça, o senador paulista José Serra tornou-se chanceler e o deputado pernambucano Bruno Araújo ficou com as Cidades. Pelo que se ouve entre tucanos, o PSDB não parece se sentir à vontade para integrar um gabinete sem

Manifestações contra o impeachment por ora não assustam a casa-grande



Jato, que Temer jurou continuar. Seus ministros Romero Jucá (Planejamento) e Henrique Alves (Turismo) respondem a inquérito no Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, diz um petista graúdo, a mídia tende a tratar o novo governo com complacência e o locaute tende a acabar. Tudo somado, o presidente interino terá sucesso e ficará no cargo? Durante a votação do *impeachment* no Senado, o mato-grossense Blairo Maggi, o ex-rei da soja agora na pasta da Agricultura, manifestava o que era óbvio: “Se o novo

governo for melhor que o atual, fica. Se for pior, o atual volta daqui a 180 dias”.

A votação no Senado foi de uma previsibilidade entediante. Os parlamentares confirmaram votos antecipados publicamente e formulados independentemente

HÁ MOTIVOS DE SOBRA PARA ENTENDER QUE TEMER É UM POLÍTICO CERCADO POR INÚMERAS, JUSTIFICADAS SUSPEITAS

“notáveis” após tanto atacar a partidarianza da equipe de Dilma.

Parasita de governo alheio desde a sucessão de José Sarney, o PMDB é hegemônico no gabinete provisório. Um perigo. O partido está metido até o pescoço na Lava

ROVENA ROSA/ABR; HENRY MILLE/AG. DE NOTÍCIAS GAZETA DO POVO/ESTADÃO CONTEÚDO E JUAN MANUEL HERRERA



de argumentos e pareceres. Os legalistas diziam e repetiam haver golpe em curso. Já os opositores rechearam suas falas com pitadas sobre a economia, em especial o desemprego em alta, uma forma de driblar a polêmica sobre se seis decretos orçamentários configurariam crime e justificariam depor um mandatário.

O dilema e o contorcionismo da turma anti-Dilma foram descritos da tribuna pelo pernambucano Armando Monteiro Neto, do PTB, ministro do Desenvolvimento no segundo mandato da petista.

“Há opiniões de respeitáveis juristas neste Brasil que apontam claramente a inexistência do pressuposto jurídico que pudessem justificar essa iniciativa. Portanto, claro está que se utiliza o argumento jurídico, mas o que se promoveu até agora foi um juízo eminentemente político.”

As emoções ficaram restritas aos dois dias que antecederam a votação. Uma foi

a surpreendente, porém natimorta, decisão do presidente em exercício da Câmara, Waldir Maranhão, do PP, de anular a aprovação do processo pelos deputados em 17 de abril. A outra, a cassação do agora ex-senador Delcídio do Amaral, eleito pelo PT de Mato Grosso do Sul.

Em despacho na segunda-feira 9, Maranhão apontou “vícios” na sessão do *impeachment*

*Almagro avisa:
a OEA levará
o caso à Corte
Internacional dos
Direitos Humanos*



conduzida por Eduardo Cunha e resolveu pedir o processo de volta ao Senado. A notícia pegou Dilma no meio de uma cerimônia no Planalto e levou seu público ao delírio. Ela pediu cautela, pois “vivemos uma conjuntura de manhas e artimanhas”. A artimanha, no caso, partiu de um simpatizante, o governador maranhense, Flávio Dino, do PCDoB, aliado de Waldir. Governador e deputado haviam acertado a estratégia no fim de semana. O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, recusou-se a acatar a decisão e chamou-a de “brincadeira”. O alagoano até tentava ajudar Dilma, por não nutrir sentimentos nobres por Temer, mas só na surdina. Ostensivamente, não. Desmoralizado, Maranhão foi atacado pela tropa cunhista, que precisa de um homem forte no controle da Câmara. Seu partido ameaçou expulsá-lo, PSD e DEM denunciaram-no ao Conselho de Ética, tudo para forçá-lo a renunciar. Maranhão cedeu, revogou seu despacho, mas sem a intenção de renunciar.

No caso de Amaral, Renan Calheiros até que ajudou Dilma, uma conveniência pessoal, na verdade. O PSDB queria o ex-senador na votação do *impeachment*, longa sessão de 20 horas. Sonhava com seus contos a respeito de Dilma, Lula e o PT expostos nas tevês e, presumivelmente, que silenciasse sobre o mineiro Aécio Neves, também delatado ao Ministério Público. Nada feito. Para Calheiros, seria um “espetáculo inaceitável”. Compreensível. Ele é outro delatado por Delcídio do Amaral. O ex-petista subiu ao cadafalso na terça-feira 10 e foi enforcado por 74 votos a zero, o terceiro mandato cassado nos anais do Senado.

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, tentou produzir alguma emoção, ao impetrar um mandado de segurança no STF um dia antes do *impeachment*, na esperança de barrá-lo. Fracassou. Ele alegava que o processo tinha começado na Câmara por “desvio de finalidade”

de Cunha. Tomava por base a recente decisão do Supremo de afastar Cunha por uso e abuso do cargo. O relator da ação, Teori Zavascki, negou a eliminar. Pior. Seu despacho confirma por escrito o que é possível perceber há tempos, que muitos no STF acham que o *impeachment* é uma guerra política na qual não devem se meter. Para Zavascki, pertence “não ao Supremo, mas ao Senado Federal, autorizado pela Câmara dos Deputados, a competência para julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade”.

O mandado fora ridicularizado por outro ministro do STF, Gilmar Mendes, antipetista defensor de Fernando Collor no *impeachment* deste. “Eles (*dilistas*) podem ir para o céu, o papa ou o diabo.” Ao papa Francisco foram mesmo. Na segunda-feira 9, a atriz Leticia Sabatella e a juíza Kenarik Boujikian, ambas contrárias à cassação de Dilma nas circunstâncias postas, estiveram no Vaticano. Entregaram ao Pontífice uma carta enviada por movimentos populares, como o MST, e assinada pelo advogado Marcelo Lavenère, ex-presidente da OAB e atual membro da Comissão de Justiça e Paz da CNBB. No texto, Lavenère aponta um “golpe parlamentar de Estado”. Sabatella e Boujikian também solicitaram a Francisco orações pelos brasileiros. No dia da votação no Senado, o papa pediu em praça pública “harmonia” e “diálogo” no País.

O papa argentino não foi a única personalidade mundial a se referir à crise brasileira nos últimos dias. Na terça-feira 10, o uruguaio Luis Almagro, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, esteve de novo com Dilma no Planalto. Após o encontro, contou que a OEA levará o caso à Corte Interamericana de Direitos



Gilmar Mendes quis brincar, mas a resistente Leticia foi mesmo ao papa

existe tipificação”, afirmou, em sintonia com o que Cardozo diria mais tarde na tribuna do Senado: “*Punição retroativa: só na Idade Média acontecia isso*”.

Em audiência pública no Senado na segunda-feira 9, o presidente da CIDH, o brasileiro Roberto Caldas, comentou que o *impeachment* “assustou o mundo jurídico internacional”. Motivo: a declaração prévia de voto por parte de deputados e senadores. “Quem prejulga está impedido de votar. Quem anuncia voto não pode julgar.” Naquele mesmo dia, Almagro e Caldas estiveram com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, a discutir o assunto. Na conversa, o ministro, que a partir de agora comandará o processo no Senado, disse que até aqui tudo tem sido feito conforme um rito legal. E indicou que o STF poderia examinar o mérito do *impeachment*. Mas isso foi antes do despacho de Zavascki.

Enquanto Temer chefiava o governo, Dilma se alternará entre o Palácio da Alvorada e viagens pelo Brasil, quem sabe pelo mundo, até que o Senado tome uma decisão final. Terá tempo para pensar como passou de presidenta com recorde de aprovação em um primeiro mandato, com quase 70% de aprovação, a uma iminente deposta. Dona de um gênio

difícil mostrou alguma autocrítica em sua despedida do Planalto: “Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes”. E como errou, especialmente no trato com o Congresso e perante o eleitorado que a levou à reeleição. Erros à parte, a presidenta insiste. Irá lutar até o final. “A democracia é o lado certo da história.”

De todo modo, a *Voz do Brasil* da noite do dia 12, agora na mão do governo provisório, não registrou uma única, escassa passagem do discurso de Dilma Rousseff ao se afastar do Palácio do Planalto. •

A VOZ DO BRASIL, NA NOITE DO DIA 12, NÃO REGISTROU UMA ÚNICA PASSAGEM DO DISCURSO DA PRESIDENTA NA DESPEDIDA DO PLANALTO

Humanos. Para Almagro, “ainda que seja um julgamento político... tem de ter razões jurídicas”. Ele teme que o episódio sirva de má inspiração a países presidencialistas da região, onde maiorias parlamentares poderiam invocar pretextos duvidosos para derrubar governos em tempos de impopularidade. Almagro comentou que as “pedaladas fiscais” foram praticadas por outros mandatários sem resultar em cassação. Não é por Dilma valer-se mais do expediente do que os antecessores que ela merecia punição. “Esta gradualidade em Direito não existe, em Direito